

Colégio
M0001Sala
0001Ordem
0001

Fevereiro/2024

Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Analista Judiciário – Área Administrativa
Especialidade Contabilidade

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'D04', Tipo 005Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-005Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais**
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Nunca desista, sempre lute, pois somente os lutadores merecem vencer!

- Verifique se este caderno:

CONHECIMENTOS GERAIS**Língua Portuguesa**

Atenção: Leia o conto "A condição geral", de Carlos Drummond de Andrade, para responder às questões de números 1 a 7.

O barro entendia que estavam abusando de sua docilidade para fabricar cerâmicas vulgares. A água queixou-se de recolher todas as imundícies da Terra, ela que sempre foi sinônimo de limpeza. O boi nem precisou falar: era a imagem da revolta contra o sacrifício da espécie – de todas as espécies imoladas. "E a mim?" – gemeu a árvore –, "a mim, que desempenho função vital no sistema da Terra, tacam-me fogo ou retalham-me a serra e o machado".

Os quatro concordaram que não está direito. Reclamaram do homem, que lhes declarou que não podia fazer nada. Vive onerado de impostos, afligido de doenças, e mal tem tempo de se coçar. "Em vez de me coçar", acrescentou, "assisto a seriados americanos de televisão, enquanto não se inventa outra coisa. E me entedio. Voltem para seus lugares e guardem o que lhes digo. Vocês pensam que ser homem é fácil?"

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. **Contos plausíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

- A forma verbal em negrito deve sua flexão ao termo sublinhado no seguinte trecho:
 - assisto a seriados americanos de televisão** (2º parágrafo).
 - guardem o que lhes digo** (2º parágrafo).
 - tacam-me fogo** (1º parágrafo).
 - retalham-me a serra e o machado** (1º parágrafo).
 - desempenho função vital** no sistema da Terra (1º parágrafo).
- enquanto não se inventa outra coisa* (2º parágrafo).

Ao se transpor o trecho acima para a voz passiva analítica, a forma verbal resultante será:

 - inventariam.
 - é inventada.
 - era inventada.
 - inventam.
 - seria inventada.

3. Considerando o contexto, ocorre personificação no seguinte trecho do 2º parágrafo:

- (A) *mal tem tempo de se coçar.*
 - (B) *enquanto não se inventa outra coisa.*
 - (C) *Vive onerado de impostos.*
 - (D) *declarou que não podia fazer nada.*
 - (E) *Reclamaram do homem,*
-

4. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada em:

- (A) *Reclamaram do homem, que lhes declarou que não podia fazer nada.* (2º parágrafo)
 - (B) *Vocês pensam que ser homem é fácil?* (2º parágrafo)
 - (C) *Reclamaram do homem, que lhes declarou que não podia fazer nada.* (2º parágrafo)
 - (D) *O barro entendia que estavam abusando de sua docilidade para fabricar cerâmicas vulgares.* (1º parágrafo)
 - (E) *Os quatro concordaram que não está direito.* (2º parágrafo)
-

5. *assisto a seriados americanos de televisão, enquanto não se inventa outra coisa.* (2º parágrafo)

Em relação à oração que a precede, a oração sublinhada expressa ideia de

- (A) *adição.*
 - (B) *consequência.*
 - (C) *comparação.*
 - (D) *tempo.*
 - (E) *oposição.*
-

2

TRT11-Conhec.Gerais²

6. No contexto em que se insere, expressa sentido de finalidade o termo sublinhado em:

- (A) *O boi nem precisou falar: era a imagem da revolta contra o sacrifício da espécie* (1º parágrafo).
 - (B) *desempenho função vital no sistema da Terra* (1º parágrafo).
 - (C) *estavam abusando de sua docilidade para fabricar cerâmicas vulgares* (1º parágrafo).
 - (D) *Voltem para seus lugares e guardem o que lhes digo* (2º parágrafo).
 - (E) *Vive onerado de impostos, afligido de doenças, e mal tem tempo de se coçar* (2º parágrafo).
-

7. O homem pediu: – Voltem para seus lugares e guardem o que lhes digo.

Ao se transpor o trecho acima para o discurso indireto, os verbos sublinhados assumem as respectivas formas:

- (A) *voltaram, guardaram e dizia.*
 - (B) *voltassem, guardassem e dizia.*
 - (C) *voltaram, guardaram e disse.*
 - (D) *voltassem, guardassem e disse.*
 - (E) *voltariam, guardariam e diria.*
-

Atenção: Leia o texto "Insolubilia", de Eduardo Giannetti, para responder às questões de números 8 a 14.

É difícil encontrar o que se busca quando não se sabe ao certo o que se procura. No que poderia consistir uma solução para o enigma da existência que fizesse sentido em termos humanos? Sabemos o que procuramos quando indagamos do sentido de uma palavra, de uma narrativa ou mesmo de uma vida individual: a semântica do termo; o enredo da trama e a "moral da história"; os valores norteadores e o propósito daquela vida no contexto particular em que ela transcorre. E quando se trata, contudo, da totalidade da vida ou do ser? O nó da questão não é apenas a dificuldade de formular uma conjectura minimamente plausível, mas reside na impossibilidade mesmo de sequer conceber o que possa vir a ser uma resposta adequada: pois, não importa qual seja a conjectura oferecida, ela implicará nova e justificada demanda explicativa, ou seja, um renovado – e possivelmente agravado – senso de mistério.

Suponha, por exemplo, que gerações futuras cheguem a descobrir de algum modo o que nos aconteceu e o que tudo, afinal, significa: somos um experimento científico abandonado pelos deuses nos confins do "multiverso"; ou o sonho que alguém de outro mundo está sonhando; ou uma pantomima farsesca para a gratificação de um espírito maligno; ou a via crucis probatória da salvação ou danação eterna das almas na eternidade – suponha, em suma, o que for o caso. A revelação do Grande Segredo, é de supor, teria um extraordinário efeito e nos forçaria a repensar em profundidade boa parte do que imaginávamos saber sobre nós mesmos. Ao mesmo tempo, porém, a descoberta de que "pertencemos a algo maior" ou, então, de que "o verdadeiro Deus é o Acaso", descortinaria uma dimensão adicional da nossa ignorância e tornar-se-ia ela própria o Grande Mistério a ser decifrado. O hieróglifo da existência ganharia uma nova feição e o nosso "Ah! então era isso!" serviria apenas como preâmbulo de um potencializado "Mas, então, por que tudo isso?!". A ignorância infinita desconcerta o saber finito. Seja com o "a" minúsculo das metafísicas seculares ou o "A" maiúsculo das religiões, sempre haverá um além.

Página 3 / 17 | GIANNETTI, Eduardo. *Textos únicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016)

8. O autor dirige-se explicitamente a seu leitor no seguinte trecho:
- (A) *É difícil encontrar o que se busca quando não se sabe ao certo o que se procura* (1^o parágrafo).
 - (B) *O nó da questão não é apenas a dificuldade de formular uma conjectura minimamente plausível* (1^o parágrafo).
 - (C) *Suponha, por exemplo, que gerações futuras cheguem a descobrir de algum modo o que nos aconteceu* (2^o parágrafo).
 - (D) *Seja com o "a" minúsculo das metafísicas seculares ou o "A" maiúsculo das religiões, sempre haverá um além.* (2^o parágrafo).
 - (E) *não importa qual seja a conjectura oferecida, ela implicará nova e justificada demanda explicativa* (1^o parágrafo).

TRT11-Conhec.Gerais²

3



Caderno de Prova 'D04', Tipo 005

9. A expressão sublinhada em "*É difícil encontrar o que se busca*" exerce a mesma função sintática da expressão sublinhada em:
- (A) *O hieróglifo da existência ganharia uma nova feição* (2^o parágrafo).
 - (B) *A ignorância infinita desconcerta o saber finito* (2^o parágrafo).
 - (C) *ela implicará nova e justificada demanda explicativa* (1^o parágrafo).
 - (D) *tornar-se-ia ela própria o Grande Mistério a ser decifrado* (2^o parágrafo).
 - (E) *A revelação do Grande Segredo, é de supor, um extraordinário efeito* (2^o parágrafo).

10. É invariável quanto a gênero e a número o termo sublinhado em:
- (A) a descoberta de que "pertencemos a algo maior" cu, então, de que "o verdadeiro Deus é o Acaso", descortinaria uma dimensão adicional da nossa ignorância" (2^o parágrafo).
 - (B) o nosso "Ah! então era isso!" serviria apenas como preâmbulo de um potencializado "Mas, então, por que tudo isso?!" (2^o parágrafo).
 - (C) Seja com o "a" minúsculo das metafísicas seculares ou o "A" maiúsculo das religiões, sempre haverá um além (2^o parágrafo).
 - (D) Sabemos o que procuramos quando indagamos do sentido de uma palavra (1^o parágrafo).
 - (E) ou o sonho que alguém de outro mundo está sonhando (2^o parágrafo).
-
11. O autor lança mão da figura de linguagem denominada antítese no seguinte trecho:
- (A) um experimento científico abandonado pelos deuses nos confins do "multiverso" (2^o parágrafo).
 - (B) O hieróglifo da existência ganharia uma nova feição (2^o parágrafo).
 - (C) Sabemos o que procuramos quando indagamos do sentido de uma palavra (1^o parágrafo).
 - (D) A ignorância infinita desconcerta o saber finito (2^o parágrafo).
 - (E) o sonho que alguém de outro mundo está sonhando (2^o parágrafo).
-
12. Está empregado em sentido figurado o termo sublinhado no seguinte trecho:
- (A) A revelação do Grande Segredo, é de supor, teria um extraordinário efeito (2^o parágrafo).
 - (B) somos um experimento científico abandonado pelos deuses nos confins do "multiverso" (2^o parágrafo).
 - (C) O nó da questão não é apenas a dificuldade de formular uma conjectura minimamente plausível (1^o parágrafo).
 - (D) Sabemos o que procuramos quando indagamos do sentido de uma palavra (1^o parágrafo).
 - (E) uma solução para o enigma da existência que fizesse sentido em termos humanos (1^o parágrafo).
-
13. E quando se trata, contudo, da totalidade da vida ou do ser? (1^o parágrafo)
Considerando o contexto, o termo sublinhado acima pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:
- (A) *embora*
 - (B) *porquanto*
 - (C) *pois*
 - (D) *portanto*
 - (E) *entretanto*
-
14. O termo sublinhado no primeiro parágrafo do texto refere-se a
- (A) "contexto particular".
 - (B) "ela".
 - (C) "vida".
 - (D) "valores norteadores".
 - (E) "propósito daquela vida".

Aspectos Históricos da Região Amazônica

15. Uma das maiores revoltas sociais ocorridas na Amazônia durante o século XIX foi a Cabanagem, que teve entre seus objetivos principais
- (A) o estabelecimento de uma reforma agrária que eliminasse os latifúndios, reconhecesse as terras comunais indígenas e proibisse o trabalho compulsório imposto a esses povos.
 - (B) a independência do Grão-Pará em função do grande descontentamento com o governo regencial e a terrível condição de pobreza da população.
 - (C) a proclamação da República do Grão Pará, juntamente com o fim do sistema escravista e o estabelecimento de eleições livres, mediante voto universal, a partir do exemplo legado pela independência dos Estados Unidos.
 - (D) a restauração do pacto colonial com Portugal, na condição de novo reino unido separado do sul do país, dadas as taxas impostas pelo governo central, que dificultavam o desenvolvimento econômico.
 - (E) a expulsão dos jesuítas e de autoridades representantes da Coroa Portuguesa, uma vez que se atribuía a pobreza local a essa presença do poder colonial e à pouca autonomia da região.
-
16. Fordlândia é o nome de uma cidade construída no Pará, em 1927. Considere as seguintes afirmações acerca da história dessa cidade:
- I. O projeto dessa cidade operária em uma área comprada do governo paraense foi executado pelo norte-americano Henry Ford e visava propiciar o fornecimento de látex para a produção de pneus utilizados em suas empresas automobilísticas, nos Estados Unidos.
 - II. Essa experiência coroou o primeiro ciclo da borracha uma vez que a indústria automobilística estava em plena expansão mundial e o início da I Guerra Mundial prejudicou a concorrência, favorecendo as exportações do produto brasileiro.
 - III. O estilo de vida norte-americano (*american way of life*) foi introduzido na Fordlândia de forma inédita e singular, juntamente com um projeto urbano original cujos vestígios históricos, recentemente tombados, são atualmente considerados Patrimônio Mundial.
 - IV. Diversas razões explicam o seu encerramento em 1945, como a ineficácia do sistema industrial imposto aos trabalhadores, vinculado ao modelo "fordista" de produção, e os equívocos no plantio e manejo das seringueiras.
- É correto APENAS o que se afirma em:
- (A) III e IV.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) I, II e III.
-
17. Durante o período colonial, na Amazônia, as ordens religiosas católicas que se instalaram na região
- (A) colaboraram para o mapeamento do território, tornando possível o conhecimento cartográfico que resultaria no estabelecimento do Tratado de Tordesilhas, responsável pela delimitação das fronteiras que separavam, na região norte, o território colonial português e o espanhol.
 - (B) contrariaram determinações das coroas ibéricas, que haviam definido que, antes de qualquer atuação catequética junto aos indígenas, ocorreriam, na região, as chamadas "entradas e bandeiras" visando a busca de metais preciosos e a instalação dos primeiros núcleos de povoamento.
 - (C) tinham como principal objetivo conter o avanço do protestantismo, uma vez que missionários calvinistas foram os primeiros a chegar, com o apoio da França, em seu projeto de fundação da França Equinocial a partir do território que é hoje o estado do Maranhão.
 - (D) eram predominantemente jesuítas, ainda que franciscanos, carmelitas e mercedários também tenham desembarcado simultaneamente nesse território, com a meta de pesquisar o xamanismo, novidade no mundo ocidental, e o potencial de aproveitamento das chamadas "drogas do sertão".
 - (E) instituíram um sistema organizativo fundamentalmente a partir das chamadas "missões" ou "aldeamentos" que consistiam em agrupamentos indígenas comandados por religiosos, com a finalidade de facilitar a catequese e a exploração do trabalho, além de contribuir para a expansão colonial.
-
18. A definição das fronteiras entre o Amapá e a Guiana Francesa envolveu uma série de embates conhecida como "a questão do Amapá" ou "Contestado franco-brasileiro", cuja resolução
- (A) desagradou ambos os lados, pois se considerou o rio Oiapoque como a fronteira desse território em disputa, no final século XVIII, pelo Tratado de Santo Idelfonso.
 - (B) foi levada a cabo após diversos tratados e invasões de um lado e de outro, com a primeira Constituição da República, em 1891.
 - (C) teve um desfecho amigável entre ambas as partes com a assinatura do Tratado de Utrecht no século XVIII.
 - (D) ocorreu no final do século XIX após o julgamento pelo Tribunal de Haia, na Holanda.
 - (E) foi favorável ao Brasil após decisão final da arbitragem suíça, publicada em 1900.

-
19. No período do regime militar ocorreu a Guerrilha do Araguaia, um movimento
- (A) financiado pelos partidos comunistas de países socialistas como URSS, China e Chile, que contou com jovens universitários militantes de organizações de esquerda treinados em Cuba e que durou apenas alguns meses, em razão da inexperiência dos guerrilheiros e das duras condições de sobrevivência na floresta.
 - (B) espontâneo e pouco conhecido à época em razão da censura que cercou a difusão de notícias a seu respeito, e que contou com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e outros partidos de esquerda, sendo reprimido por meio de diversas estratégias como o uso de tortura junto à população local para obtenção de informações.
 - (C) formado por mais de mil militantes comunistas infiltrados na selva e divididos em pequenas agrupações, inspirados pela teoria do foquismo já executada na Bolívia por Che Guevara, que pretendiam, com o apoio gradual da população, constituir uma nova Coluna Prestes e rumar a Brasília para instituir um governo democrático.
 - (D) clandestino, executado por dezenas de militantes do Partido Comunista do Brasil que se instalaram em pequenos povoados da região do rio Araguaia com o objetivo de preparar uma revolução, havendo resistido alguns anos apesar da execução de várias operações militares visando sua erradicação.
 - (E) localizado principalmente na divisa dos estados de Tocantins e Mato Grosso, que contou com a participação de baixas patentes do exército, descontentes com as operações militares na região, como a Operação Limpeza, responsável pela morte e desaparecimento dos cidadãos que se opunham ao governo vigente, logo após o golpe de 1964.
-
20. A Constituição brasileira de 1988 reconfigurou o número de estados na Amazônia. Dentre as mudanças legalmente estabelecidas, houve
- (A) a criação do estado de Tocantins, uma vez que já havia mobilização política e popular, nesse sentido, antes de 1988.
 - (B) a transformação do Território Federal de Rondônia em estado, com autonomia administrativa e a cidade de Porto Velho como capital.
 - (C) o desmembramento do estado de Mato Grosso em dois estados: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sendo o último mais populoso que o primeiro.
 - (D) a vinculação administrativa do Amapá ao estado do Pará, em virtude das condições de pobreza, os conflitos fronteiriços e as dificuldades administrativas locais.
 - (E) a conversão dos cinco territórios brasileiros remanescentes em estados da Federação, com exceção da Ilhas de Marajó e Fernando de Noronha, mantidas na condição de Territórios e administrados pelos estados mais próximos, Pará e Pernambuco.
-
21. Uma amostra do impacto da II Guerra Mundial na região amazônica pode ser verificada
- (A) na instalação de fábricas para a produção de munições para a Guerra a partir da bauxita, em Manaus, com a mão de obra de trabalhadores recrutados entre as populações ribeirinhas.
 - (B) no funcionamento, pelos anos que duraram o conflito, de bases militares em pontos estratégicos que abrigavam radares de longo alcance, como Alcântara (Maranhão), a ilha de Marajó e Fernando de Noronha.
 - (C) na existência de um base aérea no Amapá que serviu ao abastecimento de aeronaves norte-americanas.
 - (D) na realização da Expedição Jari por engenheiros nazistas, durante o conflito, para negociar a possível construção de uma base naval para submarinos alemães.
 - (E) nas dimensões da Base Aérea norte-americana de Natal, que organizava o fluxo de voos dos Aliados no Atlântico e ministrava cursos de formação rápida de pilotagem de caças.
-
22. Considere o trecho a seguir:
- O artigo 199 da Constituição Federal de 1946 ganhou forma e significado por meio da Lei 1806/1953, com a criação, em 1953, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que tinha como meta a promoção do desenvolvimento agropecuário e a integração da Amazônia com as demais regiões do país.*
- (PRATES, Rodolfo Coelho e BACHA Carlos José Caetano. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 608, dez. 2011)
- A respeito das ações dessa Superintendência, verifica-se a
- (A) construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre.
 - (B) implementação do Projeto Calha Norte.
 - (C) conversão desse órgão na Superintendência de Defesa da Borracha.
 - (D) inauguração da Zona Franca de Manaus.
 - (E) criação do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), sediado em Manaus.
-

23. Considere o texto a seguir:

A presença da mineradora, associada à importância do volume financeiro mobilizado por ela, cria uma situação de centralidade que acaba por impulsionar as políticas públicas – não divergentes aos interesses do capital – e a formação ou consolidação de fortes movimentos sociais combativos. Esta centralidade propicia aos movimentos sociais nas regiões de mineração outra visibilidade, adquirindo uma nova importância regional, que lhes permite propagar as suas insatisfações, tecer redes de alianças em múltiplas escalas, fortalecer a luta, acessar mais facilmente o Estado e assim alcançar expressivas conquistas (Coelho, 2007).

(WANDERLEY, Luiz Jardim. "Movimentos sociais em área de mineração na Amazônia Brasileira". E-cadernos CES [En línea], 17 | 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org>)

De acordo com o texto,

- (A) as empresas mineradoras são responsáveis pela execução de políticas públicas pois os ganhos financeiros permitem atender as insatisfações dos menos favorecidos.
- (B) as redes de alianças no âmbito estatal e a ampla comunicação são fatores que asseguram aos movimentos sociais o capital necessário para suas conquistas.
- (C) o fortalecimento das lutas sociais em áreas de mineração ocorre quando as políticas públicas são implementadas pelo Estado em escala regional.
- (D) os movimentos sociais que eclodem em áreas de mineração têm a seu favor a visibilidade propiciada pela importância regional das empresas mineradoras.
- (E) os interesses das empresas mineradoras entram em choque com as políticas públicas que procuram garantir expressivas conquistas aos movimentos sociais.

24. A Casa das 11 Janelas (ou Palacete das 11 Janelas) é parte de um conjunto arquitetônico colonial importante do Pará,

- (A) composto por edificações variadas como forte, palacete, igreja, museus, de diferentes períodos, dentre os quais a Casa, que data do século XIX.
- (B) integrado por diversos patrimônios, alguns anteriormente pertencentes ao Exército, contemplados por um projeto de revitalização do núcleo histórico de Belém, mediante o qual a Casa se tornou museu de arte contemporânea.
- (C) conhecido como Feliz Lusitânia, nome original do povoado português criado no século XIX, sendo a referida casa a sede de um engenho de propriedade de Domingos da Costa Bacelar.
- (D) chamado de Cidade Velha, tem como seu patrimônio mais antigo a Casa das 11 Janelas, ladeada por canhões e concebida para servir como residência do governador da Província do Grão-Pará.
- (E) tombado pelo IPHAN, envolve a mencionada Casa, construída originalmente como um hospital real militar, que, devido a sua localização privilegiada às margens do rio, foi transformada em casa de veraneio.

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

25. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, acerca das deliberações do Tribunal Pleno,

- (A) em se tratando de recurso contra ato do Presidente, este também terá direito a voto.
- (B) a incompatibilidade resolve-se, em qualquer caso, pelo voto da maioria absoluta do Tribunal Pleno, após a manifestação da parte envolvida.
- (C) exigir-se-á o quórum mínimo de 7 desembargadores, já incluído o Presidente, que vota em primeiro lugar, tendo ainda o voto de qualidade.
- (D) não poderão atuar simultaneamente na sessão magistrados que sejam cônjuges entre si, parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral.
- (E) no julgamento de matéria administrativa, o quórum mínimo necessário será de 4 desembargadores, incluído o Presidente, que votará em caso de empate.

26. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, compete às Sessões Especializadas processar e julgar

- (A) o incidente de assunção de competência e a reclamação.
- (B) os recursos contra atos administrativos do Presidente e do Corregedor.
- (C) os conflitos de competência entre as seções especializadas e as turmas, entre estas e o pleno e entre as seções especializadas e o pleno.
- (D) incidente de resolução de demandas repetitivas.
- (E) os dissídios coletivos e homologar os acordos neles celebrados.

27. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região acerca dos servidores do Tribunal,
- (A) por omissão no cumprimento dos deveres ou ação que importe em sua transgressão, os servidores do Tribunal ficam sujeitos às penas disciplinares de advertência, suspensão, multa, demissão e aposentadoria compulsória.
 - (B) é facultado à autoridade que tiver ciência ou notícia de irregularidade no serviço público a promoção de sua apuração, mediante processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa e a constituição de um defensor para todas as fases do processo.
 - (C) o horário de expediente do Tribunal Regional do Trabalho será estabelecido mediante lei ordinária, por iniciativa do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (D) serão publicados no órgão oficial os atos de nomeação, promoção (progressão e ascensão), exoneração e aposentadoria de servidores do Quadro, devendo constar do respectivo ato o cargo ou função, nível ou padrão, bem como os fundamentos dos cálculos de proventos nos atos de concessão de aposentadoria.
 - (E) os servidores sujeitar-se-ão ao controle de frequência, que será realizado por meio de registro eletrônico, ainda que exerçam cargos em comissão ou que estejam lotados nos Gabinetes de Desembargadores e de Juízes Convocados.
-
28. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, caberá agravo de instrumento das decisões que
- (A) trancarem o curso normal da execução ou verba condenatória nela contida.
 - (B) denegarem seguimento a recurso, no prazo de 8 dias de sua intimação.
 - (C) denegarem ou concederem medidas requeridas como preparatórias da execução.
 - (D) julgarem os embargos de terceiro.
 - (E) julgarem os embargos à execução ou impugnação aos cálculos.
-
29. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, compete ao Vice-Presidente:
- I. antecipar, prorrogar e suspender o expediente dos servidores, *ad referendum* do Tribunal Pleno.
 - II. presidir a Seção Especializada I.
 - III. substituir o Corregedor Regional nos casos de afastamentos, ausências, suspeições ou impedimentos eventuais ou temporários, sem prejuízo das atribuições inerentes à Vice-Presidência.
 - IV. conceder e autorizar o pagamento de diárias e ajudas de custo para magistrados e servidores.
 - V. visar às folhas de pagamento dos magistrados e servidores do Tribunal, juntamente com o ordenador de despesa.
- Está correto o que consta APENAS de
- (A) II e IV.
 - (B) III e V.
 - (C) II e III.
 - (D) I e IV.
 - (E) I e V.
-
30. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, serão enviados ao Ministério Público do Trabalho os autos processuais
- I. em todos os processos em que haja pedido de nulidade de citação ou nulidade da sentença por cerceamento de defesa.
 - II. nos processos que envolvam interesses de incapazes, inclusive menores de idade.
 - III. em todos os processos cujas partes são empresas públicas, sociedades de economia mista e sociedades anônimas.
 - IV. por iniciativa do relator, quando entender que a matéria recomende prévia manifestação do Ministério Público.
 - V. quando for parte pessoa jurídica de direito público, estado estrangeiro ou organismo internacional, salvo expressa manifestação em contrário do órgão.
- Está correto o que consta APENAS das hipóteses
- (A) II, IV e V.
 - (B) I, II e V.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) I, III e V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Atenção: Para responder às questões de números 31 e 32, considere as seguintes informações referentes a kits de materiais para distribuição gratuita para os participantes de eventos promovidos por uma entidade pública:

- 07/11/2022: empenho de despesa pelo valor de R\$ 75.000,00 para a aquisição de 1.000 kits de materiais.
05/12/2022: recebimento de todos os kits de materiais adquiridos e liquidação de despesa pelo valor total empenhado em 07/11/2022.
16/01/2023: pagamento de despesa pelo valor total empenhado em 07/11/2022.
03/03/2023: realização de evento e distribuição gratuita de 210 kits de materiais que estavam registrados contabilmente como estoque pelo valor de R\$ 15.750,00.
31/12/2023: constatação de que o custo corrente de reposição e o valor realizável líquido dos 790 kits de materiais que permaneciam registrados no estoque pelo valor de R\$ 59.250,00 eram, respectivamente, R\$ 58.000,00 e R\$ 59.100,00.

31. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os kits de materiais
- (A) adquiridos deram origem a uma variação patrimonial diminutiva de R\$ 75.000,00 em 16/01/2023.
 - (B) adquiridos deram origem a um passivo permanente de R\$ 75.000,00 em 05/12/2022.
 - (C) mantidos no estoque em 31/12/2023 foram mensurados, após a constatação, por R\$ 59.100,00.
 - (D) mantidos no estoque em 31/12/2023 permaneceram mensurados, após a constatação, por R\$ 59.250,00.
 - (E) distribuídos deram origem a uma variação patrimonial diminutiva de R\$ 15.750,00 em 03/03/2023.
-
32. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o valor de R\$ 75.000,00 foi evidenciado como
- (A) Ativo Financeiro no Quadro Principal do Balanço Patrimonial de 31/12/2022.
 - (B) Desembolso nos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais da Demonstração dos Fluxos de Caixa de 2022.
 - (C) Despesa Orçamentária no Balanço Financeiro do ano de 2023.
 - (D) Despesa Paga no Quadro Principal do Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2023.
 - (E) Recebimentos Extraorçamentários no Balanço Financeiro do ano de 2022.
-
33. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a Lei nº 4.320/1964, os reconhecimentos (i) do crédito a receber de tributos e (ii) da constituição de provisão para riscos cíveis devem ser apresentados no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, respectivamente, como ativo
- (A) financeiro e passivo financeiro.
 - (B) financeiro e ativo permanente.
 - (C) permanente e passivo permanente.
 - (D) permanente e passivo financeiro.
 - (E) financeiro e passivo permanente.
-
34. O registro contábil no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público de uma entidade pública, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público,
- (A) do recebimento de dinheiro em doação deve ser efetuado por meio de contas contábeis pertencentes à natureza de informação orçamentária.
 - (B) de salários a pagar e respectiva variação patrimonial diminutiva deve ser efetuado por meio de contas contábeis pertencentes à natureza de informação de resultado.
 - (C) de ato potencial passivo decorrente da assinatura de contrato de prestação de serviços para a referida entidade deve ser efetuado por meio de contas contábeis pertencentes às classes 2 e 3.
 - (D) do lançamento de receitas correntes deve ser efetuado por meio de contas contábeis pertencentes às classes 5 e 6.
 - (E) da baixa de estoques pela distribuição de roupas a pessoas carentes deve ser efetuado por meio de contas contábeis pertencentes às classes 1 e 4.
-
35. Uma variação patrimonial quantitativa, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, decorre do reconhecimento
- (A) do recebimento antecipado de tributos, em dezembro de 2023, cujo evento tributável ocorre em 2024.
 - (B) de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente referente a serviços que serão prestados no curto prazo.
 - (C) de produtos alimentícios recebidos, concomitante à liquidação da despesa, que serão mantidos para distribuição gratuita por meio de cestas básicas.
 - (D) de bens em espécie recebidos em doação, sem condições a ela atreladas.
 - (E) de obrigação a pagar resultante da baixa de provisão reconhecida pelo mesmo valor.
-
36. A Demonstração dos Fluxos de Caixa de uma entidade pública elaborada pelo método direto deve evidenciar, de acordo com a NBC TSP 12,
- (A) o recebimento de um terreno em doação, sem condições a ela atreladas, nos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento.
 - (B) o recebimento de caixa resultante de transferências correntes nos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais.
 - (C) a apropriação mensal por competência do 13º salário de seus servidores nos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais.
 - (D) o registro de ativo contingente de uma reivindicação trabalhista nos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais.
 - (E) a conversão de dívida com terceiros em patrimônio líquido nos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento.

Orçamento Público

37. Quanto ao registro da receita orçamentária, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público determina que se deve debitar e creditar contas contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público pertencentes à classe 6 para o registro contábil
- (A) de recursos financeiros oriundos de cancelamento, em 30/01/2023, de despesas inscritas em restos a pagar em 31/12/2022.
 - (B) do recebimento de valor, em 10/01/2023, referente a suprimento de fundos não aplicado que foi concedido em 19/12/2022.
 - (C) de recursos financeiros oriundos de superávit financeiro.
 - (D) da receita prevista com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.
 - (E) do recebimento de depósito em caução em dinheiro.
-
38. Quanto à classificação da receita orçamentária, de acordo com o Ementário da Classificação por Natureza de Receita,
- (A) Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária se classificam, quanto à origem, em Operações de Crédito.
 - (B) Multas e Juros Previstos em Contratos se classificam, quanto à origem, em Receitas de Serviços.
 - (C) Remuneração de Depósitos Bancários se classifica, quanto à origem, em Receita Patrimonial.
 - (D) Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público se classificam, quanto à categoria econômica, em Receita de Capital.
 - (E) Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Móveis se classificam, quanto à origem, em Alienação de Bens.
-
39. Um ente estadual apresentou, para o exercício financeiro de 2023, receita corrente líquida de R\$ 6.210.000,00. Assim, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Judiciário do referido ente recebeu o alerta do seu tribunal de contas quando a sua despesa total com pessoal, no exercício financeiro de 2023, ultrapassou o limite, em reais, de
- (A) 3.353.400,00.
 - (B) 3.539.700,00.
 - (C) 372.600,00.
 - (D) 335.340,00.
 - (E) 3.726.000,00.
-
40. As seguintes informações são referentes à despesa de juros e encargos incidentes sobre operações de crédito internas contratadas por uma entidade pública:
- 12/12/2022: empenho de despesa pelo valor de R\$ 31.000,00.
19/12/2022: liquidação de despesa pelo valor total empenhado em 12/12/2022.
20/12/2022: pagamento parcial, pelo valor de R\$ 11.000,00, da despesa empenhada em 12/12/2022.
09/01/2023: pagamento parcial, pelo valor de R\$ 20.000,00, da despesa empenhada em 12/12/2022.
- Com base nessas informações e de acordo com a Lei nº 4.320/1964 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a referida entidade inscreveu R\$ 20.000,00, em 31/12/2022, em restos a pagar
- (A) não processados, em decorrência da execução de despesa classificada, quanto à categoria econômica, em juros e encargos da dívida.
 - (B) não processados, em decorrência da execução de despesa classificada, quanto ao grupo de natureza da despesa, em amortização da dívida.
 - (C) processados, em decorrência da execução de despesa classificada, quanto à categoria econômica, em despesa corrente.
 - (D) processados, em decorrência da execução de despesa classificada, quanto ao grupo de natureza da despesa, em amortização da dívida.
 - (E) não processados, em decorrência da execução de despesa classificada, quanto à categoria econômica, em despesa corrente.
-
41. O resultado de execução orçamentária de um ente público, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, é impactado
- (A) pelo recebimento de transferências financeiras intragovernamentais e pelo empenho de despesas com juros decorrentes de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.
 - (B) pela obtenção do valor principal de operações de crédito internas e pela amortização do valor principal de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.
 - (C) pelo recebimento de depósito em caução e pelo empenho de despesas com juros decorrentes de operações de crédito internas.
 - (D) pela arrecadação de receitas de restituições e pelo pagamento de despesas com serviços de tecnologia da informação e comunicação.
 - (E) pelo lançamento de receitas com impostos e pelo pagamento de despesas com serviços de tecnologia da informação e comunicação.
-
42. Na execução orçamentária, de acordo com a Lei nº 4.320/1964,
- (A) o empenho é dispensável para despesas decorrentes do regime de adiantamento e para despesas de montantes não significativos.
 - (B) a fase em liquidação possibilita a separação entre as despesas que iniciaram o processo de pagamento daquelas que ainda não o iniciaram.
 - (C) o aumento de dotação orçamentária deve ser efetuado por meio da abertura de créditos adicionais especiais.
 - (D) o empenho por estimativa é utilizado para despesas cujo montante não se possa determinar, tal como o serviço de fornecimento de água.
 - (E) a descentralização de créditos orçamentários entre unidades gestoras de um mesmo órgão é denominada destaque.

Administração Financeira e Orçamentária

43. O efetivo pagamento de restos a pagar pode ser classificado como despesas de exercícios
- (A) anteriores, se tiverem sido liquidados durante o exercício a que se referirem.
 - (B) futuros, se tiverem sido liquidados durante o exercício a que se referirem.
 - (C) anteriores, se ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias após a inscrição.
 - (D) futuros, se tiverem a prescrição interrompida e o crédito respectivo convertido em renda.
 - (E) anteriores, se tiverem a prescrição interrompida e o crédito respectivo convertido em renda.
-
44. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, deve integrar o anexo de metas fiscais da próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias da União (exercício de 2025):
- I. metas anuais para os resultados nominal e primário;
 - II. efeito esperado e a compatibilidade, no período de dez anos, do cumprimento das metas de resultado primário sobre a trajetória de convergência da dívida pública;
 - III. intervalos de tolerância para verificação do cumprimento das metas anuais de resultado primário.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I e III, apenas.

45. Considere as seguintes técnicas orçamentárias e descrições:

Técnicas Orçamentárias	Descrições
I. Orçamento base-zero.	1. Questiona todas as despesas, ainda que não ultrapassem limites.
II. Orçamento de desempenho.	2. Propicia mecanismos para aferição de resultados.
III. Orçamento participativo.	3. Busca maior contribuição da sociedade na elaboração.

Representa a associação entre técnicas e descrições:

- (A) I-3 - II-2 - III-1.
 - (B) I-1 - II-2 - III-3.
 - (C) I-2 - II-3 - III-1.
 - (D) I-2 - II-1 - III-3.
 - (E) I-1 - II-3 - III-2.
-
46. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, os gastos com vencimentos, subsídios e encargos sociais descontados dos servidores públicos do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região devem ser computados como despesa total com pessoal do Judiciário
- (A) da União, somente quanto aos vencimentos e subsídios.
 - (B) da União, somente quanto aos vencimentos e encargos sociais descontados dos servidores públicos.
 - (C) da União, nos três casos.
 - (D) dos Estados do Amazonas e de Roraima, proporcionalmente, nos três casos.
 - (E) dos Estados do Amazonas e de Roraima, proporcionalmente, somente quanto aos vencimentos e subsídios.
-
47. Créditos adicionais
- (A) devem ter a abertura autorizada diretamente na Lei Orçamentária Anual, se extraordinários.
 - (B) devem constar integralmente na Lei Orçamentária Anual originalmente aprovada, em qualquer caso.
 - (C) podem ter a abertura autorizada diretamente na Lei Orçamentária Anual, somente se suplementares.
 - (D) podem ter a abertura autorizada diretamente na Lei Orçamentária Anual, somente se extraordinários.
 - (E) não podem ter a abertura autorizada diretamente na Lei Orçamentária Anual em qualquer caso.
-
48. Uma despesa é classificada extraorçamentária ou orçamentária, efetiva ou não efetiva, a depender, respectivamente, se
- (A) já foi liquidada ou não, e se consta do orçamento ou não.
 - (B) importa redução patrimonial ou não, e se consta do orçamento ou não.
 - (C) importa redução patrimonial ou não, e se representa simples restituição de direito de terceiro ou não.
 - (D) representa simples restituição de direito de terceiro ou não, e se importa redução patrimonial ou não.
 - (E) consta do orçamento ou não, e se já foi liquidada ou não.

49. As informações produzidas e custodiadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região deverão ser
- de livre acesso à integralidade, com exatidão e integridade, se submetidas temporariamente à restrição de acesso.
 - disponibilizadas apenas em atenção a pedido motivado, independentemente de haver ou não interesse geral.
 - disponibilizadas, independentemente de haver ou não interesse geral, por meio de seus sítios eletrônicos.
 - de livre acesso à integralidade, com exatidão e integridade, se alusivas à gestão administrativa, financeira e orçamentária.
 - disponibilizadas, independentemente de haver ou não interesse geral, em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração.

50. Considere que o Tribunal de Contas da União decidiu ter havido erro no projeto complementar de iluminação, bem como irregularidade na exigência de capacidade técnica, tudo em análise de representação formulada contra a concorrência e o subsequente contrato de reforma do edifício sede do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região. Ao tempo da decisão, entretanto, a execução já havia ultrapassado 50% do cronograma físico.

Segundo a Lei nº 14.133/2021, o contrato deve ser

- anulado, a menos que comprovado nos autos que elementos, tais como o custo de realização de nova licitação e o de deterioração das parcelas já executadas, inviabilizariam novo procedimento.
- levado à conclusão, por já ter transposto o marco legal de 50% da execução física, resolvendo-se eventual prejuízo em perdas e danos.
- rescindido, pois de atos irregulares não surgem direitos, mantidos apenas aqueles já praticados, reconhecendo a obrigação de indenizar o quanto já executado.
- anulado operando-se retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, bem como desconstituindo os já produzidos, sem indenização do quanto já executado.
- levado à conclusão, a menos que comprovado nos autos que elementos, tais como o custo de realização de nova licitação e o de deterioração das parcelas já executadas, não prejudicam o interesse público subjacente.

51. Considere os seguintes princípios e descrições:

Princípios	Descrições
I. Indisponibilidade do interesse público.	1. Envolve a possibilidade, nos termos da lei, de constituir terceiros em obrigações mediante atos unilaterais.
II. Supremacia do interesse público.	2. Importa que o próprio órgão que representa os interesses, não os titula, cabendo-lhe apenas a curadoria, segundo a <i>intentio legis</i> .
III. Continuidade do serviço público.	3. Consagra a ideia de que a Administração Pública é fruto da submissão do Estado à Lei e somente conforme ela pode ser exercida.

Representa a associação entre princípios e descrições:

- I-1 e III-2.
 - I-2 e II-1.
 - II-3 e III-1.
 - I-3 e II-2.
 - I-1 e III-3.
52. O Tribunal de Contas da União tem competência para
- sustar liminarmente a execução de contrato do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região sem prévia oitiva do gestor.
 - anular contrato administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, após a oitiva do gestor.
 - realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza operacional nas unidades administrativas do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.
 - realizar, por iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, inspeções e auditorias de natureza finalística nos juízos do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.
 - realizar, por iniciativa da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, inspeções e auditorias de natureza contábil nos cálculos de liquidação de decisões do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

53. O procedimento chamado "anonimização", no âmbito da Lei nº 13.709/2018, é
- manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular nega qualquer tratamento de seus dados.
 - suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal.
 - meio técnico de tratamento por meio do qual um dado é rastreado a um indivíduo.
 - meio técnico de tratamento por meio do qual um dado não mais se associa a um indivíduo.
 - manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados.

54. Acerca da responsabilidade pelo exercício irregular das atribuições do servidor da área contábil no Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região,
- (A) havendo absolvição criminal, fica afastada a responsabilidade administrativa em qualquer caso.
 - (B) havendo cominação criminal, fica afastada a possibilidade de multa administrativa.
 - (C) somente há apuração civil na hipótese de ato doloso, comissivo e de que resulte prejuízo a terceiro.
 - (D) somente há apuração civil na hipótese de ato doloso, comissivo e de que resulte prejuízo à Administração Pública.
 - (E) responde ele civil, penal e administrativamente, bem como podem ser chamados os sucessores na obrigação de reparar o dano, se existente.

Contabilidade Geral

55. Em 1º de janeiro de 2020, a empresa A assinou contrato de arrendamento com a empresa B. O contrato tem duração de 10 anos e prevê que a empresa A transfira à empresa B uma máquina que será utilizada no processo de produção da empresa B. O contrato estabelece ainda que sejam pagas parcelas anuais no valor de R\$ 35.000,00, sempre no último dia do mês de dezembro. A taxa de juros implícita no arrendamento é de 10% ao ano e o valor presente do contrato é R\$ 215.059,85. A máquina tem vida útil estimada de 10 anos e o valor residual não garantido dela ao final do contrato é de R\$ 20.000,00. Admita que todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo subjacente foram transferidos à empresa B. Com base apenas nas informações apresentadas, é correto afirmar que:
- (A) os juros pagos pelo arrendatário em 2020, relativos ao ativo subjacente, foram de aproximadamente R\$ 3.500,00.
 - (B) além do reconhecimento dos efeitos do arrendamento em Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e Demonstração dos Fluxos de Caixa, o arrendatário precisa também divulgar tais informações em Notas Explicativas.
 - (C) por se tratar de arrendamento financeiro, o arrendador não deve reconhecer o ativo subjacente em seu Balanço Patrimonial.
 - (D) a despesa anual de depreciação do arrendatário em 2021 foi de R\$ 21.505,98.
 - (E) o ativo subjacente deve ser apresentado no Balanço Patrimonial do arrendatário, de forma destacada ou junto com seus outros ativos imobilizados, pelo valor de R\$ 350.000,00.
-
56. A indústria ÔMEGA Ltda. produziu, em março de 20X3, 2.000 unidades de seu produto, sendo que 1.500 unidades foram vendidas no período pelo preço final de venda de R\$ 134,40 cada unidade. O custo variável unitário da mercadoria vendida foi de R\$ 30,00 por unidade, mas a empresa incorreu ainda em R\$ 64.000,00 de custos fixos indiretos de fabricação, distribuídos igualmente entre as unidades produzidas. Nesta transação de venda, houve a incidência de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) à alíquota de 18% e incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à alíquota de 12%. A entidade incorreu ainda em despesas de vendas de R\$ 20.000,00 e outras despesas administrativas de R\$ 15.000,00. Com base nas informações apresentadas e considerando que a entidade utiliza o método de custeio permitido pelo CPC16(R1) – Estoques, que não foram registradas outras receitas no período e que não havia estoque remanescente do mês anterior, o Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro da empresa ÔMEGA Ltda. no mês de março de 20X3 foi, em reais,
- (A) 3.600,00.
 - (B) 28.350,00.
 - (C) 13.120,00.
 - (D) 19.600,00.
 - (E) 37.800,00.
-
57. De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores, os elementos do passivo apresentados no Balanço Patrimonial serão avaliados conforme os seguintes critérios:
- I. As obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, inclusive Imposto sobre a Renda a pagar com base no resultado do exercício, serão computados pelo valor atualizado até a data do balanço.
 - II. As obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data da transação.
 - III. As obrigações que são sujeitas à correção monetária serão atualizadas pela inflação até a data de fechamento do balanço patrimonial.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I e III, apenas.

58. A empresa Abacaxi S.A. apresentou, em sua Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) de 31 de dezembro de 20X0, saldo final total de Patrimônio Líquido no valor de R\$ 400.000,00. Em virtude de suas operações durante o ano de 20X1, foram identificadas as seguintes movimentações no Patrimônio Líquido da empresa:

Movimentações no Patrimônio Líquido (20X1)	Valor (Em R\$)
Lucro líquido do exercício.....	200.000,00
Incorporação de reservas ao capital	50.000,00
Integralização de capital em dinheiro	80.000,00
Destinação do lucro para reserva legal	10.000,00
Destinação do lucro para reserva para contingências	25.000,00
Destinação do lucro para reserva de capital	30.000,00
Destinação do lucro para dividendos obrigatórios.....	40.000,00
Ações em tesouraria adquiridas	15.000,00
Ações em tesouraria vendidas	60.000,00

O saldo final total do Patrimônio Líquido apresentado na DMPL da empresa Abacaxi S.A. em 31 de dezembro de 20X1 foi de, em reais,

- (A) 685.000,00.
(B) 725.000,00.
(C) 735.000,00.
(D) 620.000,00.
(E) 595.000,00.
-
59. Em 20X3, depois de meses de pesquisa e desenvolvimento, uma empresa do tipo *fintech* concluiu o projeto de criação de um *software* de serviços financeiros. A empresa estima ter incorrido em gastos no valor de R\$ 100.000,00 durante a fase de pesquisa e mais R\$ 200.000,00 durante a fase de desenvolvimento, este último destinado a materiais e serviços consumidos na produção do *software*. Como há um mercado latente e já foram feitos testes com protótipos, sabe-se que a entrada de benefícios econômicos para a empresa através da venda de licenças do *software* é certa, sendo que seu valor justo é estimado em R\$ 1.000.000,00. A empresa incorreu também em gastos com o registro de patente no valor de R\$ 5.000,00, com treinamento de pessoal para operar o *software* no valor de R\$ 20.000,00 e gastos com publicidade e propaganda no valor de R\$ 50.000,00. Assuma que as vendas das licenças ainda não iniciaram. O valor pelo qual o *software* deve ser inicialmente reconhecido no Balanço Patrimonial da empresa é, em reais,
- (A) 205.000,00.
(B) 375.000,00.
(C) 1.000.000,00.
(D) 300.000,00.
(E) 225.000,00.
-
60. De acordo com o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, a informação financeira útil precisa apresentar certas características qualitativas, divididas em fundamentais e de melhoria. Sobre este assunto, analise as assertivas a seguir.
- I. Comparabilidade refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades.
- II. Representação fidedigna significa que diferentes observadores bem-informados e independentes podem chegar ao consenso quanto a informação.
- III. Compreensibilidade é alcançada quando se consegue classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
(B) I, II e III.
(C) I, apenas.
(D) III, apenas.
(E) I e II, apenas.

DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais: Conforme Edital publicado [...] Capítulo 11. [...] 11.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático referido no presente Edital. 11.3.1 A Prova Discursiva-Redação tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a habilidade de leitura e compreensão dos textos propostos e a capacidade de expor e desenvolver argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema, avaliando também a correção gramatical, segundo os critérios definidos no item 11.4 a 11.8 deste Capítulo. 11.5 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 11.3 e subitem deste Capítulo. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 11.6 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 11.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

Texto 1

O termo capacitismo é relativamente novo na sociedade, assim como na própria esfera dos movimentos sociais. De acordo com Luciana Maia, psicóloga e professora do curso de Psicologia da Universidade de Fortaleza, “o capacitismo é um preconceito dirigido a qualquer pessoa que apresenta uma deficiência, seja ela física, intelectual ou sensorial [...] Como outras formas de preconceito, ele contribui para privar os direitos e a dignidade humana das pessoas com deficiência, determinando e perpetuando desigualdades e injustiças sociais, e contribuindo diretamente para a exclusão social de membros desse grupo.

(Adaptado de: UNIFOR. Saiba o que é capacitismo e por que é importante combatê-lo. Disponível em: <<https://g1.globo.com>. Publicado em: 27 de out. de 2021. Acesso em: 11 de nov. de 2023)

Texto 2



(Tribunal Superior do Trabalho. É capacitismo, e você deve saber: um minúsculo para atitudes que incluem pessoas com deficiência. Disponível em: <<https://www.tst.jus.br>. Publicado em: jan. de 2023. Acesso em: 11 de nov. de 2023)

Texto 3

Agência Senado – Como a sra. define o capacitismo?

Senadora Mara Gabrili – É comum, ainda hoje, encontrar referências às pessoas que não possuem uma deficiência como “pessoas normais”. Isso acontece por conta da construção social de um “corpo padrão”. Muitos ainda subestimam a capacidade de uma pessoa em função de uma deficiência. O capacitismo define erroneamente a pessoa pela sua deficiência. Mas a pessoa é muito mais do que aquele impedimento físico, sensorial, intelectual ou mental, que adquiriu ao longo da vida ou nasceu com ele. Por isso, é tão importante discutir o capacitismo. Muitas vezes isso acontece por maldade até, por crueldade, quando a pessoa desqualifica a outra por conta de um impedimento, acabando por discriminar e excluir. Mas há os que fazem por puro desconhecimento ou por preconceitos inconscientes.

(Adaptado de: SASSE, Cintia. Capacitismo: subestimar e excluir pessoas com deficiência tom nome. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br>. Acesso em: 10 de nov. de 2023)

Texto 4

Panorama da desigualdade

Pessoas com deficiência enfrentam barreiras para acessar educação e mercado de trabalho

Educação

Parcela da população sem instrução ou com ensino fundamental incompleto



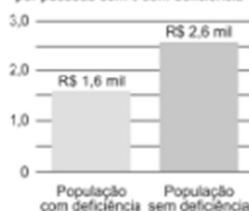
Força de trabalho

Pessoas com 14 anos ou mais; ocupadas ou à procura de uma vaga



Renda

Receita média mensal recebida por pessoas com e sem deficiência



(Adaptado de: QUEIROZ, Christina. **Mudanças e desafios que pessoas com deficiência trazem para instituições de ensino**. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br>>. Publicado em: abr. de 2023. Acesso em: 10 de nov. de 2023)

Texto 5

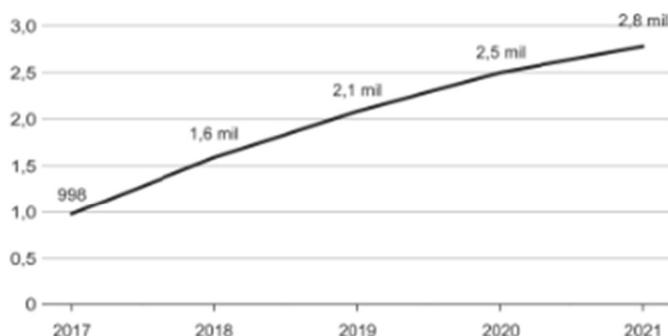
A conceituação da deficiência é um campo em disputa até os dias de hoje. Até meados do século XVIII, predominavam concepções pré-científicas, com um olhar majoritariamente supersticioso ou de caridade, envolvendo culpa ou castigo divino. No século XIX, a ciência médica passou a compreendê-la como patologia. "A ciência via a deficiência como um impedimento corporal, físico e social, situando-a no sujeito e fazendo com que políticas públicas focassem na busca pela reabilitação", explica a psicóloga Marivete Gesser, coordenadora do Núcleo de Estudos da Deficiência da UFSC. A partir da década de 1960, com os aportes das ciências humanas e sociais, emergiu outro modelo, que compreende que o principal problema enfrentado pelas pessoas com deficiência são as barreiras impostas pela sociedade. "Essa vertente propiciou um salto à produção científica, ao tirar a deficiência de um enfoque individual e patológico e posicioná-la como algo que seria neutro, caso as barreiras sociais fossem suprimidas", descreve Gesser.

(Adaptado de: QUEIROZ, Christina. **Mudanças e desafios que pessoas com deficiência trazem para instituições de ensino**. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br>>. Publicado em: abr. de 2023. Acesso em: 10 de nov. de 2023)

Texto 6

Evolução das matrículas

Estudantes com deficiência matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu*



(Adaptado de: QUEIROZ, Christina. **Mudanças e desafios que pessoas com deficiência trazem para instituições de ensino**. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br>>. Publicado em: abr. de 2023. Acesso em: 10 de nov. de 2023)

A partir da leitura e compreensão dos textos acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

As consequências do capacitismo para a vida de pessoas com deficiência e para a sociedade como um todo.